



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CONCURSO PÚBLICO

1

1. PROVA PRELIMINAR

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO **100** QUESTÕES OBJETIVAS.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTE CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ PARA CADA QUESTÃO HÁ APENAS UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE **4** HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO PRÉDIO SÓ SERÁ PERMITIDA APÓS DECORRIDAS **2** HORAS DO INÍCIO DA PROVA.
- ♦ OS TRÊS ÚLTIMOS CANDIDATOS DA SALA DEVERÃO RETIRAR-SE DO LOCAL SIMULTANEAMENTE.
- ♦ AO SAIR, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

01. Considerando a obrigação de pagar alimentos, é correto afirmar que
- o espólio não deve prestar alimentos àquele a quem o *de cuius* devia, mesmo quando vencidos após a sua morte.
 - o menor não pode, sem a anuência da mãe, sua representante legal, considerar quitada a obrigação do pai.
 - não se transmite, aos herdeiros do alimentante, a obrigação de prestar alimentos ao alimentando.
 - na ausência do pai, os avós não podem ser chamados a complementar os alimentos dos netos.
 - o dever de prestar alimentos entre ex-cônjuges reveste-se de características indenizatórias.
02. Analisando as características jurídicas da hipoteca, aponte a alternativa correta.
- A arrematação extingue a hipoteca, pois tem conteúdo de aquisição originária, livre dos ônus que anteriormente gravavam o bem por esse meio adquirido.
 - A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, antes da alienação da unidade autônoma do empreendimento, tem eficácia para o adquirente.
 - Por ser um efeito de sentença condenatória, a hipoteca judiciária pode ser constituída unilateralmente, sem opções ao devedor.
 - A hipoteca judiciária é um efeito secundário da sentença condenatória, obstando sua efetivação a pendência de julgamento de apelação recebida em ambos os efeitos.
 - Enquanto não registrado o acordo de constituição da hipoteca, ou quando for inscrito indevidamente, há apenas vínculo de direito real entre os acordantes.
03. João realizou compromisso de compra e venda, celebrado e quitado em 1986, com empresa comercial, sendo que o pedido de registro no Cartório de Registro de Imóveis foi protocolado somente em 1989, quando o imóvel já se encontrava hipotecado e arrecadado em processo falimentar da promitente-alienante. Houve suscitação de dúvida pelo oficial. Diante desse fato, aponte a alternativa correta.
- Jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça reconhece a validade de contrato de compra e venda, embora não efetuada a transcrição no registro imobiliário, para efeito de preservação do direito da posse do terceiro adquirente de boa-fé.
 - A jurisprudência firmou-se no sentido de que não há necessidade do registro do título translativo no cartório imobiliário para tornar eficaz o contrato de compra e venda, em razão da falência da vendedora.
 - A indisponibilidade patrimonial prevista se refere exclusivamente a atos de alienação de iniciativa do administrador judicial da massa falida, não obstando o registro de bem alienado anterior à falência.
 - Inadmissível o pedido de registro se este, na data do protocolo do referido pedido, já se encontrava arrecadado pela massa falida da promitente alienante, estando sujeito às vicissitudes da alienante.
 - A só ausência de registro no Ofício Imobiliário confere legitimidade ao promitente cessionário para requerê-la, ainda mais quando a cessão havia sido realizada.
04. Um casal de sírios, no momento residentes no Brasil, casa-se na Síria, silenciando quanto ao regime de casamento a ser adotado. Durante a constância da união houve aquisição de patrimônio imobiliário, sendo que após alguns anos houve sua ruptura, com o conseqüente divórcio e partilha de bens. Alega o marido que, por serem sírios aplica-se a lei síria, em que a mulher teria direito a 1/6. Analisando a questão, apenas com os elementos dados, responda o posicionamento correto.
- Apesar de o casamento ter sido realizado por estrangeiros, no caso concreto, o domicílio do casal está estabelecido no Brasil, devendo aplicar-se a legislação brasileira quanto ao regime legal de bens.
 - O regime de bens estabelecido na lei síria somente terá vigência se comprovado o registro do casamento perante a autoridade diplomática ou consular síria, provando-se o regime de bens então adotado.
 - Em se tratando de cônjuges estrangeiros, mesmo que seja celebrado no Brasil, vigorará o regime de casamento sírio, se um dos cônjuges tiver residência estabelecida naquele país.
 - A lei brasileira não faz distinção entre a nacionalidade dos nubentes quanto às condições para a realização de um casamento realizado no Brasil ou no exterior, devendo obedecer aos mesmos requisitos.
 - Se o casamento tivesse sido celebrado no Brasil, seria aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes, às formalidades da celebração e ao regime de bens, independentemente do domicílio.
05. Maria conviveu em união estável com Pedro por um período superior a três anos, sendo que com este se casou em 27 de janeiro de 1978, pelo regime de comunhão de bens. Desde a união estável o casal vivia no imóvel situado na rua João Cintra, 51, cujos direitos foram recebidos por Pedro mediante escritura pública, antes da referida união e quando este era casado com Joana, pelo regime de comunhão de bens. Em 30 de setembro de 1988 Pedro abandonou Maria, que permaneceu no imóvel como se dona fosse, sem oposição até a presente data. Pedro, que faleceu em janeiro de 1989, e Joana tiveram dois filhos, Carlos, nascido em 15 de março de 1975 e Júnior em 17 de janeiro de 1972. Diante desses fatos, aponte a assertiva correta.
- Maria terá direito ao imóvel por usucapião extraordinário em relação a Júnior, porém não em relação a Carlos.
 - Maria não terá direito a nenhum tipo de usucapião, haja vista que não estão presentes os requisitos legais.
 - Maria terá direito a adquirir a propriedade por usucapião, apenas da metade do imóvel, uma vez que a outra metade decorre do casamento.
 - Maria não terá direito ao usucapião do imóvel em relação aos filhos de Pedro, mas apenas em relação a Joana.
 - Maria terá direito ao usucapião do imóvel em relação aos filhos de Pedro e de Joana, por estarem presentes os requisitos legais.

06. Linésia, casada sob o regime de separação de bens, vendeu a Amarildo, por meio de escritura pública, um imóvel. Ocorre que, dias após o negócio, dois, dos cinco filhos de Linésia, compraram, também por escritura pública, o mesmo imóvel de Amarildo, com dinheiro que receberam da mãe. Linésia faleceu em 12 de agosto de 2003. Os demais irmãos dos compradores e o marido de Linésia ingressaram com ação de anulação das escrituras de compra e venda por considerarem que houve simulação, pois a verdadeira intenção da mãe era uma doação, em 11 de julho de 2008. Em análise da questão, aponte a alternativa correta.

- (A) A ação proposta deverá ser julgada prescrita, uma vez que o prazo para a propositura da ação prescreveu em dois anos.
- (B) O marido de Linésia não tem direito a reclamar a anulação da compra e venda, uma vez que é casado com separação de bens.
- (C) O marido de Linésia não tem direito de reclamar a anulação da compra e venda, por não ser herdeiro necessário.
- (D) A ação não está prescrita, pois não estabelecendo a lei prazo específico para sua propositura, prevalece a regra geral de dez anos.
- (E) Não há direito à propositura da ação, uma vez que Maria tinha o direito de doar o imóvel a seus filhos, respeitando a legítima.

07. Observe as assertivas a seguir:

- I. É válida a doação de um cônjuge ao outro na constância do matrimônio, quando adotado, por força da lei, o regime de separação de bens.
- II. No regime de comunhão parcial, as dívidas contraídas no exercício da administração obrigam os bens comuns e particulares do cônjuge que os administra, e os do outro na razão do proveito que houver auferido.
- III. O direito de revogar a doação se transmite aos herdeiros do doador.
- IV. O doador não é obrigado a pagar juros moratórios, nem é sujeito às consequências da evicção ou do vício redibitório. Nas doações para casamento com certa e determinada pessoa, o doador ficará sujeito à evicção, salvo convenção em contrário.
- V. A doação em forma de subvenção periódica ao beneficiado extingue-se morrendo o doador, salvo se este outra coisa dispuser, morrendo o donatário, transmite-se aos herdeiros a quem aproveite a doação.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I, III e V.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

08. Observe as assertivas a seguir:

- I. A sentença que pronunciar a inexistência do ato praticado com reserva mental irregular tem eficácia *ex nunc*, atingindo o ato após seu trânsito em julgado.
- II. Havendo dúvida, os direitos devem prevalecer sempre sobre as restrições.
- III. Escritura pública se retifica mediante outra escritura pública e não por meio de mandado judicial.
- IV. Os direitos hereditários podem ser objeto de cessão, podendo ser realizada por meio de instrumento particular.
- V. O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

É correto o que se afirma apenas em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) I, IV e V.

09. Em se tratando de responsabilidade extracontratual, é solidariamente responsável com os autores do dano o empregado em relação ao empregador. Este posicionamento está

- (A) correto, porque a responsabilidade civil se assenta na conduta do agente.
- (B) correto, porque em nosso ordenamento vige o sistema da solidariedade legal.
- (C) incorreto, porque se funda em elementos subjetivos de ato ilícito absoluto.
- (D) incorreto, porque a solidariedade passiva somente decorre da lei ou do contrato.
- (E) incorreto, porque a solidariedade passiva será sempre convencional.

10. No contrato de troca de imóvel é incabível o pedido de resolução do contrato. Este posicionamento está

- (A) correto, porque se aplicam à troca as disposições referentes à compra e à venda.
- (B) correto, porque a diferença de área é meramente enunciativa em sua transcrição.
- (C) incorreto, porque a troca pura de imóveis implica eventuais diferenças.
- (D) incorreto, porque não se aplica à troca o pedido de resolução.
- (E) incorreto, porque não é possível haver troca *ad mensuram*.

11. Analisando o direito do consumidor, indique a alternativa correta.
- (A) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador não será responsabilizado civilmente quando demonstrar força maior ou caso fortuito.
 - (B) A ação redibitória prevista no Código de Defesa do Consumidor apresenta um prazo de prescrição, que pode ser interrompido.
 - (C) A instauração de inquérito civil pelo Ministério Público não é causa suspensiva da decadência do direito de reclamar pelos vícios aparentes.
 - (D) O prazo para a ação de indenização é o de três anos do novo Código Civil, por se tratar de lei posterior ao Código de Defesa do Consumidor.
 - (E) Para que o consumidor tenha direito à revisão do contrato, basta que haja onerosidade excessiva para ele, em decorrência de fato superveniente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

12. Sobre os atos processuais, é correto afirmar que
- (A) a assinatura dos juízes não pode ser feita eletronicamente.
 - (B) as partes não podem reduzir ou prorrogar os prazos preempatórios, ainda que todas estejam de acordo.
 - (C) comparecendo o réu apenas para arguir a nulidade e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que ele ou seu advogado for intimado da decisão.
 - (D) intimação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou interessado a fim de se defender.
 - (E) anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequentes, que dele dependam, e a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras que dela sejam independentes.
13. Analise as afirmações referentes ao processo:
- I. A alteração do pedido ou da causa de pedir será permitida após o saneamento do processo.
 - II. Suspende-se o processo pela convenção das partes.
 - III. Durante a suspensão não é defeso praticar qualquer ato processual; todavia, poderá o juiz determinar a realização de atos urgentes, a fim de evitar dano irreparável.
 - IV. Extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispêndência ou coisa julgada.
 - V. Haverá resolução do mérito quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- É verdadeiro o contido apenas nas assertivas
- (A) I, II e III.
 - (B) II, III e V.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) I, IV e V.

14. No que se refere à prova, é correto afirmar que
- (A) no depoimento pessoal, quem ainda não depôs não pode assistir ao interrogatório da outra parte.
 - (B) o documento subscrito pelas partes, feito por oficial público incompetente, ou sem a observância das formalidades legais, não tem eficácia probatória.
 - (C) é lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapor os que foram produzidos nos autos.
 - (D) vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.
 - (E) o perito e assistentes técnicos são sujeitos a impedimento ou suspeição.
15. É correto afirmar sobre a sentença que
- (A) condenado o devedor a emitir declaração de vontade, a sentença, uma vez transitada em julgado, produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
 - (B) o juiz pode proferir sentença ilíquida quando o autor tiver formulado pedido certo.
 - (C) é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, porém vedado condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
 - (D) a sentença condenatória não produz a hipoteca judiciária quando pendente arresto de bens do devedor.
 - (E) quando decidida relação jurídica condicional, a sentença pode ser incerta.
16. Quanto aos recursos, é correto afirmar que
- (A) o recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução de sentença.
 - (B) a parte que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão não poderá recorrer.
 - (C) recebida a apelação em ambos os efeitos, o juiz poderá inovar no processo; recebida no efeito devolutivo, o apelado não poderá promover a execução provisória da sentença.
 - (D) o recurso adesivo é admissível no agravo de instrumento.
 - (E) não se conhecerá o agravo retido se a parte não requerer, expressamente nos embargos de declaração, sua apreciação pelo Tribunal.

17. No processo de execução, pode-se afirmar sobre os títulos executivos que
- dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro.
 - a propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
 - são títulos executivos judiciais o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.
 - a execução para cobrança de crédito poderá fundar-se em título de obrigação ilíquida.
 - é definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
18. Sobre os embargos do devedor, é correto afirmar que
- o executado poderá opor-se à execução por meio de embargos, desde que fundamentado em penhora, depósito ou caução.
 - quando houver mais de um executado, o prazo para embargar conta-se a partir da juntada do último mandado citatório.
 - quando os executados litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para falar nos autos.
 - quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, esta prosseguirá quanto à parte restante.
 - a concessão de efeito suspensivo impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.
19. Sobre as cautelares nominadas, é correto afirmar que
- o sequestro tem lugar quando o devedor, que tem domicílio, ausenta-se ou tenta ausentar-se furtivamente.
 - o juiz, a requerimento da parte, pode decretar o arresto dos frutos e rendimentos do imóvel reivindicando, se o réu, depois de condenado por sentença ainda sujeita a recurso, os dissipar.
 - se procede ao arrolamento sempre que há fundado receio de extravio ou de dissipação de bens.
 - a produção antecipada de provas tem lugar, como procedimento preparatório, no caso de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios.
 - todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal, poderá fazer por escrito a sua justificação, em petição dirigida ao juiz e requerer que da mesma se intime a quem de direito.
20. A ação que o Município deve propor a fim de impedir que o particular construa em contravenção da lei, do regulamento ou de postura é
- interdito proibitório.
 - usucapião de terras particulares.
 - divisão de terras particulares.
 - demarcação de terras particulares.
 - nunciação de obra nova.
21. Sobre as ações possessórias, é correto afirmar que
- a propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela, cujos requisitos estejam provados.
 - o possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito.
 - contra as pessoas jurídicas de direito público será deferida a manutenção ou reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
 - na pendência do processo possessório não é defeso ao réu intentar com ação de reconhecimento de domínio.
 - o réu pode demandar proteção possessória e indenização, pelos prejuízos resultantes da turbação ou esbulho cometido pelo autor, porém deverá fazê-lo através de reconvenção.
22. Quem sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, não sendo parte no processo, poderá requerer lhes sejam mantidos ou restituídos por meio de
- busca e apreensão.
 - reintegração de posse.
 - usucapião.
 - embargos de terceiro.
 - interdito proibitório.

DIREITO PENAL

23. Assinale a alternativa incorreta.
- A *abolitio criminis* configura exceção ao princípio da irretroatividade da lei penal.
 - Em relação ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria do resultado.
 - Ao crime praticado por brasileiro em território estrangeiro pode ser aplicada a lei brasileira.
 - Leis temporárias são aquelas que têm vigência por um período predeterminado.
 - A lei penal pátria pode ser aplicada ao estrangeiro que comete crime fora do território nacional, sendo a vítima brasileira.

24. **A**, primário, foi condenado por tentativa de roubo qualificado à pena de 2 anos e 8 meses de reclusão e multa. O juiz, ao aplicar a pena,
- (A) deverá fixar o regime fechado para o cumprimento inicial por tratar-se de crime praticado com violência contra a pessoa.
 - (B) poderá substituir a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos.
 - (C) poderá substituir a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos.
 - (D) poderá conceder a suspensão condicional da pena privativa de liberdade por até 4 anos.
 - (E) poderá fixar o regime aberto para o cumprimento inicial da pena privativa de liberdade.
25. **B** sempre deixa seu carro no mesmo estacionamento. **C**, querendo apossar-se do automóvel, vai a esse estacionamento e diz ao manobrista que foi buscar o carro a pedido de **B**. O manobrista lhe entrega o veículo; **C** assume a direção e deixa o local. Sobre a conduta de **C**, é correto afirmar tratar-se de
- (A) estelionato.
 - (B) furto mediante fraude.
 - (C) apropriação indébita.
 - (D) furto qualificado pelo abuso de confiança.
 - (E) apropriação de coisa havida por erro.
26. Funcionário público que contribui culposamente para a prática de apropriação de dinheiro público, mas repara o dano antes da sentença penal irrecorrível,
- (A) terá a pena reduzida de metade.
 - (B) terá a pena reduzida de um a dois terços.
 - (C) terá a seu favor apenas circunstância atenuante.
 - (D) terá extinta a punibilidade.
 - (E) poderá obter o perdão judicial.
27. Assinale a alternativa correta.
- (A) O condenado pela prática de homicídio qualificado não poderá obter a progressão de regime, fazendo jus apenas à concessão de livramento condicional desde que cumpridos 2/3 da pena imposta.
 - (B) Nos crimes contra a propriedade industrial (Título V da Lei n.º 9.279/1996) a ação penal é sempre pública condicionada à representação.
 - (C) Nos crimes definidos na Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) a ação penal é sempre pública incondicionada.
 - (D) O regime disciplinar diferenciado destina-se aos condenados pela prática de crime hediondo e caracteriza-se pelo recolhimento em cela individual.
 - (E) Em se tratando de caso de imposição de medida de segurança por prazo indeterminado, poderá ser aplicada a detração se efetuada a conversão em pena privativa de liberdade.

28. **A** praticou manobras abortivas em **B**, a pedido desta. Ao terminar o procedimento, verificou que **B** não se encontrava grávida como supunha. A conduta de **A** configura
- (A) erro sobre elemento constitutivo do tipo.
 - (B) arrependimento eficaz.
 - (C) tentativa imperfeita.
 - (D) crime impossível.
 - (E) desistência voluntária.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

29. A recente alteração nos dispositivos legais do código de processo penal concernentes ao procedimento relativo ao Tribunal do Júri pôs fim
- (A) ao libelo crime acusatório.
 - (B) ao amplo contraditório.
 - (C) à pronúncia ou impronúncia do réu.
 - (D) ao desaforamento.
 - (E) ao sorteio para convocação dos jurados.
30. O questionário contendo os quesitos a serem apreciados pelos jurados no Tribunal do Júri, de acordo com o art. 483 do CPP, deverá ser formulado na seguinte ordem, e indagando sobre:
- (A) materialidade, autoria, nexo de causalidade, qualificadoras e causas de aumento e diminuição de pena.
 - (B) materialidade, autoria, privilégios e qualificadoras, causas de aumento e diminuição.
 - (C) materialidade, autoria, se o acusado deve ser absolvido, se existe causa de diminuição de pena, circunstâncias qualificadoras, ou causas de aumento de pena.
 - (D) autoria, materialidade, agravantes e atenuantes, causas de aumento e de diminuição de pena.
 - (E) autoria, materialidade, causas de aumento e de diminuição de pena.
31. Assinale a alternativa que apresenta o prazo correto para o oferecimento da resposta à acusação nos procedimentos ordinário e sumário.
- (A) 15 dias em ambos os procedimentos.
 - (B) 10 dias em ambos os procedimentos.
 - (C) 15 dias no procedimento ordinário e 10 dias no procedimento sumário.
 - (D) 20 dias no procedimento sumário e 10 dias no procedimento ordinário.
 - (E) 10 dias no procedimento ordinário e 5 dias no procedimento sumário.

32. Seguindo a regra geral contida no art. 403 do CPP, é correto afirmar que no procedimento ordinário as alegações finais serão

- (A) oferecidas por escrito no prazo de 10 dias.
- (B) orais por vinte minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, com direito à prorrogação por mais 10 minutos.
- (C) apresentadas no prazo sucessivo de 5 dias, por memorial.
- (D) orais por trinta minutos, respectivamente, pela acusação e pela defesa, com direito à prorrogação por mais 10 minutos.
- (E) oferecidas por escrito no prazo de 8 dias, respectivamente, pela acusação e pela defesa.

33. O procedimento relativo ao inquérito policial, em razão das reformas implantadas no código de processo penal pela Lei n.º 11.719/08,

- (A) não sofreu alterações.
- (B) tornou-se indispensável para o oferecimento da denúncia.
- (C) deixou de ter previsão legal e passará a seguir as normas da polícia judiciária.
- (D) passou a ser de exclusividade do Ministério Público.
- (E) passou a ser de iniciativa exclusiva do ofendido ou de quem tenha legitimidade para representá-lo.

34. A confissão do réu

- (A) é a rainha das provas e dispensa o exame de corpo de delito.
- (B) supre somente o exame de corpo de delito indireto.
- (C) somente se obtida durante a fase judicial dispensa o exame de corpo de delito.
- (D) não pode suprir o exame de corpo de delito, direto ou indireto.
- (E) deixou de ser rainha das provas no processo penal, tendo em vista que inúmeras razões podem levar a uma confissão, todavia, o exame de corpo de delito, caso a confissão seja considerada válida, torna-se dispensável.

35. Investidura é

- (A) a alienação feita aos legítimos possuidores de direitos ou, na falta destes, ao Poder Público, de imóveis para fins residenciais construídos em núcleos urbanos anexos a usinas hidrelétricas, desde que considerados dispensáveis na fase de operação dessas unidades e não integrem a categoria de bens reversíveis ao final da concessão.
- (B) o instituto por meio do qual o Poder Público, reconhecendo a posse legítima do interessado e a observância dos requisitos fixados em lei, transfere a ele a propriedade de área integrante do patrimônio público.
- (C) a forma alienativa pela qual o Estado, ao instituir entidade administrativa privada, faz integrar no seu capital dinheiro ou bens móveis ou imóveis.
- (D) o instrumento de direito público pelo qual uma entidade de direito público transfere a outrem, gratuita ou remuneradamente, bem público de seu domínio.
- (E) o contrato em que um dos contratantes transfere a outrem bem de seu patrimônio e deste recebe outro bem equivalente.

36. Em relação aos atos administrativos, assinale a alternativa compatível com a ordem jurídica.

- (A) Os atos administrativos gerais admitem impugnação por meio de recursos administrativos.
- (B) A revogação de um ato administrativo individual é incondicionada.
- (C) Os atos complexos não se compõem de vontades autônomas, embora múltiplas.
- (D) A imperatividade é atributo existente apenas nos atos que impõem obrigações.
- (E) A tipicidade existe com relação aos atos unilaterais e bilaterais.

37. A delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, com fixação de prazo é uma

- (A) permissão qualificada.
- (B) permissão incondicional.
- (C) autorização de serviço público.
- (D) concessão de serviço público.
- (E) tredestinação.

38. No tombamento, o proprietário

- (A) é impedido de gravar o bem tombado por meio de penhor, anticrese ou hipoteca.
- (B) é impedido de alienar o bem particular tombado, já que existe uma necessidade de preservação cultural.
- (C) não pode, em se tratando de bens móveis, retirá-los do país, senão por curto prazo, para fins de intercâmbio cultural, a juízo do IPHAN.
- (D) pode destruir, mutilar ou demolir o bem tombado.
- (E) não pode realizar obras de conservação.

39. Tombamento de ofício é
- (A) o que tem por objeto bens particulares.
 - (B) o que tem por objeto bem público.
 - (C) o que resulta do consentimento do proprietário.
 - (D) o que é feito enquanto está em curso o processo administrativo instaurado pela notificação do Poder Público.
 - (E) o que é feito após concluído o processo administrativo instaurado pela notificação do Poder Público.
40. Assinale a alternativa correta.
- (A) Na desapropriação confiscatória, como modalidade de desapropriação, é necessária a expedição do decreto de declaração de interesse social ou de utilidade pública.
 - (B) Na desapropriação rural, toda a indenização é feita em títulos da dívida agrária.
 - (C) A contestação na desapropriação pode versar sobre toda matéria que interessar à defesa.
 - (D) É possível desistência na ação de desapropriação.
 - (E) Na desapropriação indireta, a transferência do bem ao patrimônio público é feita com observância do devido processo legal.
41. Caducidade é a extinção da concessão do serviço público em decorrência
- (A) de interesse público superveniente à concessão.
 - (B) do inadimplemento ou adimplemento defeituoso por parte da concessionária.
 - (C) da falência ou extinção da empresa concessionária.
 - (D) do surgimento de norma jurídica que tornou inadmissível a concessão antes permitida.
 - (E) da emissão de ato com fundamento em competência diversa.
42. Na modalidade licitatória convite, é possível a participação de não convidados, desde que manifestem seu interesse
- (A) com antecedência de 24 horas da apresentação das propostas.
 - (B) até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.
 - (C) com antecedência de 24 horas da data do recebimento das propostas.
 - (D) até o terceiro dia anterior à data da apresentação das propostas.
 - (E) com antecedência de 48 horas da apresentação das propostas.
43. Em razão da supremacia do interesse público sobre o particular, é possível à Administração Pública realizar alteração unilateral nos contratos administrativos. Com relação à alteração quantitativa, o limite a ser respeitado para as supressões que se fizerem necessárias no caso de reforma de edifício ou equipamento é de
- (A) 50%.
 - (B) 25%.
 - (C) 30%.
 - (D) 40%.
 - (E) 10%.
44. O Estado tem responsabilidade quando o serviço público não funcionou, funcionou atrasado ou funcionou mal. Tal afirmativa é referente à teoria
- (A) civilista.
 - (B) do risco integral.
 - (C) do risco administrativo.
 - (D) do acidente administrativo.
 - (E) da culpa civil.
45. Recurso hierárquico próprio
- (A) é o pedido de reexame à própria autoridade que emitiu o ato.
 - (B) é o pedido de reexame à autoridade superior à que proferiu o ato dentro do mesmo órgão em que o ato foi praticado.
 - (C) é o pedido de reexame à autoridade superior de outro órgão não integrado na mesma hierarquia daquele que proferiu o ato.
 - (D) é o recurso de que se utiliza o servidor público, punido pela Administração Pública, para reexame da decisão, caso surjam fatos novos suscetíveis de demonstrar a sua inocência.
 - (E) é a denúncia de irregularidades feita perante a própria Administração.
46. Reversão
- (A) ocorre quando o servidor estável, anteriormente demitido, tem a decisão administrativa ou judicial que determinou sua demissão invalidada.
 - (B) é o retorno do servidor posto em disponibilidade a cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
 - (C) é o retorno à atividade, de servidor aposentado.
 - (D) ocorre quando o servidor, estável ou não, havendo sofrido uma limitação física ou mental em suas habilidades, torna-se inapto ao exercício do cargo que ocupa, mas, por não ser caso de invalidez permanente pode ainda exercer outro cargo para o qual a limitação sofrida não o inabilita.
 - (E) é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.

47. Assinale a alternativa que contém uma afirmativa correta a respeito do constitucionalismo.
- (A) O constitucionalismo teve seu marco inicial com a promulgação, em 1215, da Magna Carta inglesa.
 - (B) O constitucionalismo surge formalmente, em 1948, com a edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.
 - (C) A doutrina do Direito Constitucional é uníssona no entendimento de que o constitucionalismo surgiu com a revolução norte-americana resultando, em 1787, na Constituição dos Estados Unidos da América.
 - (D) É possível identificar traços do constitucionalismo mesmo na antiguidade clássica e na Idade Média.
 - (E) O constitucionalismo brasileiro inspirou-se fortemente no modelo constitucional do Estado da Inglaterra.
48. O Deputado que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado perderá o mandato
- (A) se assim for decidido pela Câmara dos Deputados, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa da Casa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.
 - (B) por decorrência automática da mesma decisão judicial.
 - (C) se assim restar decidido em processo parlamentar perante o Conselho de Ética, com posterior ratificação do Plenário da Câmara dos Deputados, mediante voto aberto e pela maioria simples da Casa.
 - (D) se a decisão, que deverá, obrigatoriamente, ser remetida à Câmara dos Deputados, for ratificada, posteriormente, pela respectiva Mesa da Casa.
 - (E) se a decisão judicial for relativa a crime de responsabilidade política e dependerá de aprovação pela maioria simples do Plenário da Câmara dos Deputados.
49. A Ação Declaratória de Constitucionalidade, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988,
- (A) possui eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - (B) não é cabível contra atos ou leis estaduais.
 - (C) pode ser ajuizada pelos mesmos legitimados à propositura da arguição incidental de inconstitucionalidade.
 - (D) exige a citação do Advogado-Geral da União, para a defesa da lei ou do ato impugnado.
 - (E) não admite a concessão de liminar.
50. Sobre o controle concreto de constitucionalidade no direito brasileiro, é correto afirmar que
- (A) tem como uma das suas características o de ser dotado de efeitos *erga omnes*.
 - (B) exige, necessariamente, para ser exercido, a alegação de uma das partes litigantes, não podendo a inconstitucionalidade ser apreciada, de ofício, pelo juiz.
 - (C) exige, quando exercida pelos tribunais, quórum de maioria absoluta de seus membros, e para obter efeito *erga omnes* depende de decisão do Senado.
 - (D) a reserva de plenário não pode ser dispensada mesmo que haja decisão anterior do STF que tenha decidido sobre a matéria discutida e pronunciada a inconstitucionalidade.
 - (E) a declaração de inconstitucionalidade *in concreto* não permite ao STF a modulação dos efeitos da sua decisão.
51. Analise as afirmativas a seguir:
- I. A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
 - II. A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, mesmo que lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.
 - III. Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, não podendo a autoridade pública alegar qualquer tipo de sigilo para se negar a prestar tais informações.
 - IV. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
- Está correto apenas o que se afirma em
- (A) I e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) II e IV.

52. É direito constitucional fundamental do cidadão brasileiro
- (A) o direito de petição aos Poderes Públicos, mediante o pagamento de taxa, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
 - (B) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, de terceiros ou de interesse coletivo.
 - (C) propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer caso, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (D) a razoável duração do processo, exclusivamente no âmbito judicial, e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
 - (E) a garantia de não ser extraditado, salvo o brasileiro naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
53. Entre os direitos sociais, a Constituição Federal garante os direitos dos trabalhadores, exceto,
- (A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
 - (B) participação nos lucros ou resultados, vinculada à remuneração, nos termos da lei.
 - (C) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
 - (D) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultadas a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
 - (E) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
54. O brasileiro naturalizado, segundo a Constituição, poderá ocupar o cargo público de
- (A) Presidente do Senado Federal.
 - (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) Deputado Federal.
 - (D) Oficial das Forças Armadas.
 - (E) Vice-Presidente da República.
55. A competência para legislar sobre registros públicos
- (A) é exclusiva dos Estados e do Distrito Federal.
 - (B) é comum à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
 - (C) é comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
 - (D) é privativa da União.
 - (E) é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
56. Sobre a Administração Pública, a Constituição Federal estabelece que
- (A) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, destinam-se apenas aos cargos técnicos.
 - (B) a lei reservará o percentual de, pelo menos, dez por cento dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
 - (C) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
 - (D) os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a suspensão da função pública e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
 - (E) a autonomia gerencial e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta não poderá ser ampliada mediante contrato, cabendo exclusivamente à lei dispor sobre a matéria.
57. Nos moldes do que dispõe a Carta Magna de 1988, é uma limitação constitucional tributária imposta aos entes da República Federativa brasileira:
- (A) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, admitida a distinção unicamente em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
 - (B) cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos depois do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (C) instituir impostos e taxas sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
 - (D) instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.
 - (E) instituir imposto e taxas sobre os livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

58. Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na vigente Constituição da República e o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- (A) Os notários e oficiais de registro submetem-se ao regime da aposentadoria compulsória aos setenta anos de idade.
- (B) Os notários e oficiais de registro são regidos pelo regime próprio de previdência dos servidores públicos.
- (C) A delegação dos serviços notariais e registrais se perfaz e se rege por meio de contrato administrativo.
- (D) A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros não se sujeita ao direito público em razão de ela ser análoga à atividade empresarial.
- (E) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.
59. Conforme a Constituição, aos juízes federais compete processar e julgar os crimes
- (A) contra a economia popular e o sistema financeiro.
- (B) contra a organização do trabalho.
- (C) praticados por estrangeiros.
- (D) ecológicos e os praticados contra indígenas.
- (E) praticados pelos membros dos Tribunais de Contas dos Municípios.
60. Na ordem econômica e financeira, a Constituição Federal estabelece que
- (A) as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- (B) a lei regulará o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.
- (C) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- (D) o Estado regulará a organização da atividade garimpeira, impedindo a participação de empresas estrangeiras na atividade, levando em conta a degradação do meio ambiente e a proteção econômico-social dos garimpeiros.
- (E) dependerá de autorização ou concessão da União o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida.
61. No que tange à seguridade social, pode-se afirmar que é seu objetivo constitucional:
- (A) uniformidade da cobertura e do atendimento.
- (B) individualização e distinção dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (D) diversidade na forma de participação no custeio.
- (E) padronização da base de financiamento.
62. Assinale a alternativa correta no que diz respeito ao imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.
- (A) Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (B) Relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem ou ao Distrito Federal.
- (C) Se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, a competência para sua instituição será regulada por lei ordinária.
- (D) Se o *de cuius* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior, a competência para sua instituição será regulada por lei ordinária.
- (E) Terá suas alíquotas máximas e mínimas fixadas por lei complementar.
63. Acerca do imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis – ITBI, é correto afirmar que
- (A) incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- (B) incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão de pessoa jurídica quando a atividade preponderante do adquirente for a locação de bens imóveis.
- (C) incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de incorporação de pessoas jurídicas, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a de arrendamento mercantil.
- (D) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente da cisão de pessoas jurídicas quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos.
- (E) não incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de incorporação quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos.
64. A vedação a que os entes tributantes instituíam impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, consiste em
- (A) anistia.
- (B) remissão.
- (C) isenção.
- (D) imunidade.
- (E) compensação.

65. Assinale a alternativa correta sobre o Imposto Territorial Rural – ITR.

- (A) Não poderá ser progressivo, mas terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- (B) Será progressivo, mas suas alíquotas não poderão ser fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades, ainda que improdutivas.
- (C) Incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, ainda que exploradas por proprietário que não possua outro imóvel.
- (D) Será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (E) A competência para sua instituição pertence privativamente aos Estados e ao Distrito Federal, podendo, residualmente, ser exercida pelos Municípios nos casos especificados pela Constituição Federal.

66. Nos termos do Código Tributário Nacional, a responsabilidade dos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício, nos termos do Código Tributário Nacional, dá-se por

- (A) solidariedade.
- (B) sucessão.
- (C) infração.
- (D) pessoalidade.
- (E) substituição.

67. Assinale a assertiva correta acerca da organização e custeio da seguridade social.

- (A) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos, destinadas a assegurar exclusivamente os direitos relativos à saúde e à previdência social.
- (B) O objetivo da diversidade na base de financiamento pode ser citado como um dos que regem a organização da seguridade social.
- (C) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta, por intermédio das contribuições sociais, não sendo admitida a forma indireta de financiamento, mediante recursos provenientes dos orçamentos dos Estados e Municípios.
- (D) Contribuirão para o custeio da seguridade social os trabalhadores e demais segurados, incidindo contribuição, inclusive, sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral da previdência social.
- (E) As contribuições da empresa não poderão ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica exercida ou do seu porte, sob pena de afronta ao princípio constitucional da uniformidade.

DIREITO COMERCIAL

68. No que concerne à conceituação de empresário, é correto afirmar que se trata

- (A) do intermediário de serviços e produtos.
- (B) do comerciante.
- (C) do sujeito de direito que exerce a produção ou a circulação de bens ou de serviços, mediante a organização dos fatores de produção, com ou sem fins lucrativos.
- (D) do sujeito de direito que explora profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços.
- (E) daquele que combina a aplicação de seus recursos com a finalidade de divisão dos frutos ou lucros.

69. O requerimento para inscrição do empresário individual deve

- (A) ser protocolado perante a Junta Comercial, contendo o seu nome, nacionalidade, domicílio, estado civil (se casado o regime de bens), a firma, com a respectiva assinatura autógrafa, o capital, o objeto e a sede do estabelecimento.
- (B) ser apresentado perante o Registro Civil de Pessoa Jurídica.
- (C) apresentar o seu contrato social ao Departamento Nacional de Registro do Comércio.
- (D) ser protocolado perante o Registro Civil de Pessoa Jurídica com cópia autenticada da sua cédula de identidade, e comprovante de endereço.
- (E) apresentar requerimento para a formalização de sua constituição.

70. No que se refere ao contrato de sociedade, de acordo com o Código Civil, pode-se afirmar que celebram contrato de sociedade as pessoas que

- (A) desejam abrir uma empresa.
- (B) desejam constituir uma pessoa jurídica sem fins lucrativos.
- (C) reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.
- (D) constituem uma firma.
- (E) registram empresas, para compatibilizar o atual regime à sistemática da inscrição pelo novo Código Civil de 2002.

71. O contrato de trespasse produzirá efeitos perante terceiros quando
- (A) publicado na imprensa oficial e noticiado aos credores.
 - (B) registrado perante a Junta Comercial e depois de efetivada comunicação aos credores para que remetam por escrito sua aceitação.
 - (C) registrado no Registro Civil de Pessoa Jurídica e averbado na Junta Comercial.
 - (D) averbado à margem da inscrição do empresário ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis e publicado na imprensa oficial.
 - (E) o estabelecimento for objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.
72. O Sistema Nacional de Registro do Comércio é formado pelos seguintes órgãos:
- (A) Junta Comercial e Registro Civil de Pessoa Jurídica.
 - (B) Registro Civil de Pessoa Jurídica e Departamento Nacional de Registro do Comércio.
 - (C) SINREM e Departamento Nacional de Registro do Comércio.
 - (D) Junta Comercial e Departamento Nacional de Registro do Comércio.
 - (E) Órgão oficial da União ou do Estado, conforme o local da sede do empresário ou da sociedade.
73. De acordo com a Lei n.º 6.404/76, é correto afirmar que o acionista controlador
- (A) fica subordinado às decisões superiores emanadas do conjunto de acionistas, devendo cumprir suas deliberações.
 - (B) deve usar o seu poder com o fim de fazer a companhia cumprir seu objetivo social e gerar lucro aos acionistas, independente do cumprimento da sua função social.
 - (C) deve usar seu poder para que a companhia gere lucro aos acionistas, independente do cumprimento da sua função social, mas devendo respeitar os direitos dos trabalhadores.
 - (D) deve usar o seu poder para que a companhia cumpra sua função social, independente da realização do seu objetivo social, o que não caracteriza desvio de função, devendo respeitar tão somente os direitos dos trabalhadores.
 - (E) deve usar seu poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto social e cumprir sua função social, com deveres e responsabilidades para com os demais acionistas, trabalhadores e comunidade, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender.
74. Contados da protocolização, o protesto será registrado dentro de
- (A) 1 dia útil.
 - (B) 2 dias úteis.
 - (C) 3 dias úteis.
 - (D) 4 dias úteis.
 - (E) 5 dias úteis.
75. Acerca das certidões do protesto, é correto afirmar que
- (A) abrangerão o período máximo dos 5 anos anteriores, contados da data do pedido, salvo quando se referirem a protesto específico.
 - (B) delas constarão os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados, salvo por requerimento escrito do próprio devedor ou por ordem judicial.
 - (C) poderão ser fornecidas, quando se referirem a protestos não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito.
 - (D) ocorrendo homonímia, sempre que a mesma possa ser verificada simplesmente pelo confronto do número do documento de identificação, o Tabelião de Protesto dará certidão positiva.
 - (E) os cartórios não poderão fornecer às entidades representativas da indústria e do comércio, em qualquer hipótese, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados.
76. Assinale a assertiva correta no que respeita às averbações e ao cancelamento do protesto.
- (A) A averbação de retificação de erros materiais pelo serviço será efetuada, exclusivamente, a requerimento do interessado, sob responsabilidade do Tabelião de Protesto de Títulos.
 - (B) Para a averbação da retificação, é dispensável a apresentação do documento eventualmente expedido e do documento que comprove o erro, na medida em que é efetuada de ofício pelo Tabelião de Protesto de Títulos.
 - (C) O cancelamento do registro do protesto será solicitado ao Tabelião titular, e por ele promovido, não se admitindo que seja feito por qualquer de seus substitutos.
 - (D) Ainda que a extinção da obrigação decorra de processo judicial, o documento da dívida é indispensável para fins do cancelamento do registro de protesto.
 - (E) Para que possa ser feito o cancelamento do registro, na hipótese de protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato, será suficiente a declaração de anuência passada pelo credor endossante.

77. Dentre outras atribuições, compete, com exclusividade, aos tabeliães de notas
- (A) formalizar juridicamente a vontade das partes.
 - (B) lavrar atas notariais.
 - (C) autenticar fatos.
 - (D) intervir nos atos a que as partes devam dar forma legal.
 - (E) intervir nos negócios jurídicos a que as partes queiram dar autenticidade.
78. O reiterado descumprimento dos deveres ou a falta grave sujeita os notários e os oficiais de registro à pena de
- (A) repreensão.
 - (B) advertência.
 - (C) multa de 1 a 10 salários mínimos.
 - (D) suspensão por 30 dias.
 - (E) suspensão por até 120 dias.
79. “Somente será viável o registro de título contendo informações perfeitamente coincidentes com as constantes da matrícula sobre as pessoas e bem nela mencionados.” Referida circunstância é imposta pelo princípio da
- (A) continuidade.
 - (B) instância.
 - (C) prioridade.
 - (D) inscrição.
 - (E) disponibilidade.
80. O protesto especial associa-se à
- (A) ação monitória.
 - (B) ação ordinária de cobrança.
 - (C) ação revisional.
 - (D) execução singular.
 - (E) execução concursal.
81. O imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis, *intervivos*, é instituído pelo ente tributante
- (A) Municipal.
 - (B) Estadual.
 - (C) Municipal ou Estadual, conforme o caso.
 - (D) Federal.
 - (E) Federal, Estadual e Municipal, concorrentemente.
82. Os livros e papéis pertencentes ao arquivo do cartório ali permanecerão
- (A) por 10 anos.
 - (B) por 20 anos.
 - (C) até que se opere a decadência do ato ou negócio jurídico.
 - (D) até que se opere a prescrição do negócio jurídico.
 - (E) indefinidamente.
83. Assinale a alternativa que está em consonância com o registro civil das pessoas naturais, conforme disciplinado em lei.
- (A) As sentenças que decidirem a nulidade de casamento dispensam averbação no registro.
 - (B) Serão cobrados emolumentos pelo assento do óbito, bem como pela primeira certidão respectiva.
 - (C) A competência para a inscrição da opção de nacionalidade é exclusiva do Distrito Federal.
 - (D) As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo legal somente serão registradas mediante despacho do juiz competente do lugar da residência do interessado e que será dispensado se o registrando tiver menos de 12 anos de idade.
 - (E) Os livros de proclamas serão escriturados cronologicamente com dispensa do resumo do que constar dos editais quando expedidos pelo próprio cartório.
84. Ocorrendo iminente risco de vida de algum dos contraentes, e não sendo possível a presença da autoridade competente para presidir o ato, o casamento poderá realizar-se na presença de testemunhas, que comparecerão, dentro de cinco dias, perante a autoridade judiciária mais próxima, a fim de que sejam reduzidas a termo suas declarações. Nessas circunstâncias, o número de testemunhas exigido por lei é de
- (A) duas.
 - (B) três.
 - (C) cinco.
 - (D) seis.
 - (E) oito.
85. No Registro de imóveis haverá livros que, de acordo com a Lei de Registros Públicos, têm denominação associada a determinada escrituração. Nesse sentido, o livro destinado ao registro de atos que, sendo atribuídos ao Registro de Imóveis por disposição legal, não digam respeito diretamente a imóvel matriculado, denomina-se Livro
- (A) Protocolo.
 - (B) Registro Geral.
 - (C) Registro Auxiliar.
 - (D) Indicador Real.
 - (E) Indicador Pessoal.

86. O Registro Torrens associa-se a bem
- (A) móvel transmitido por ato oneroso.
 - (B) móvel transmitido por ato gratuito.
 - (C) imóvel rural.
 - (D) imóvel urbano.
 - (E) imóvel ou urbano, sendo faculdade de seu titular.
87. O Tabelião de Protestos deverá arquivar os documentos que a lei especifica e pelo prazo que determina. Nos termos da lei que rege a matéria, os arquivos relativos às intimações e editais correspondentes a documentos protestados e ordens de cancelamento deverão ser conservados, pelo menos, durante
- (A) 30 dias.
 - (B) 6 meses.
 - (C) 1 ano.
 - (D) 5 anos.
 - (E) 10 anos.
88. Assinale a alternativa cujo texto está diretamente relacionado ao princípio da legalidade.
- (A) Tem por objetivo impedir que sejam registrados títulos inválidos, ineficazes ou imperfeitos.
 - (B) Consiste na determinação precisa do conteúdo do direito que se procura assegurar e da individualidade do imóvel que dele é objeto.
 - (C) Garante a ordem cronológica da apresentação dos títulos e, em decorrência, a prioridade de exame e de registro e a preferência do direito real oponível perante terceiros.
 - (D) Impõe a provocação ao registro, ou seja, impede que o oficial, salvo as exceções legais, aja *ex officio*.
 - (E) Tem por escopo evitar que títulos não sejam registrados, pois quem não observar este dever arcará com o ônus da sua omissão.
89. É correto afirmar que
- (A) o território do Estado não pode ser dividido para os efeitos da administração da justiça.
 - (B) comarcas e circunscrições possuem as mesmas competências.
 - (C) a circunscrição constitui-se de uma ou mais comarcas.
 - (D) a circunscrição não possui sede.
 - (E) a comarca constitui-se de uma ou mais circunscrições.
90. Dentre as alternativas, assinale a que contém comarcas de primeira instância.
- (A) Miranda e Mundo Novo.
 - (B) Anastácio e Amambaí.
 - (C) Rio Brillhante e Rio Verde.
 - (D) Nova Andradina e Brasilândia.
 - (E) Eldorado e Iguatemi.
91. São órgãos do Poder Judiciário do Estado
- (A) as Varas Judiciais.
 - (B) as Câmaras do Tribunal de Justiça.
 - (C) os Cartórios Judiciais.
 - (D) os juízes de paz.
 - (E) os Cartórios Extrajudiciais.
92. Aos Oficiais de Registro de Imóveis incumbe
- (A) praticar atos referentes ao registro e transmissão de imóveis.
 - (B) registrar testamentos cerrados.
 - (C) registrar, em livro próprio, as procurações referidas nas escrituras que lavrar, arquivando-as por cópia reprográfica, quando não puder fazê-lo com o original.
 - (D) encaminhar, mensalmente, ao Corregedor-Geral de Justiça, a relação dos atos que envolvam a aquisição e transferência de imóvel rural por pessoa estrangeira.
 - (E) organizar, pelo nome das partes, e manter em dia índice alfabético ou fichário dos atos lançados em suas notas.
93. Participam como auxiliares da justiça
- (A) os juízes togados.
 - (B) a Ouvidoria Judiciária.
 - (C) os advogados.
 - (D) os procuradores do Estado.
 - (E) os defensores públicos.
94. O Tribunal Pleno funcionará com, pelo menos,
- (A) 15 desembargadores e será composto por 21.
 - (B) 19 desembargadores e será composto por 23.
 - (C) 21 desembargadores e será composto por 29.
 - (D) 23 desembargadores e será composto por 30.
 - (E) 25 desembargadores e será composto por 35.

NORMAS ESPECIAIS

89. É correto afirmar que
- (A) o território do Estado não pode ser dividido para os efeitos da administração da justiça.
 - (B) comarcas e circunscrições possuem as mesmas competências.
 - (C) a circunscrição constitui-se de uma ou mais comarcas.
 - (D) a circunscrição não possui sede.
 - (E) a comarca constitui-se de uma ou mais circunscrições.

95. Com relação ao Conselho Superior da Magistratura, pode-se afirmar que
- (A) é órgão instituído provisoriamente.
 - (B) reunir-se-á pelo menos uma vez no semestre.
 - (C) é composto pelos 20 desembargadores mais antigos na carreira.
 - (D) é composto pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal e pelo Corregedor-Geral de Justiça.
 - (E) não tem competência para impor penalidades disciplinares.
96. Os titulares dos Ofícios Extrajudiciais
- (A) poderão contratar auxiliares pelo regime da CLT ou o Estatutário.
 - (B) poderão realizar concurso público para preenchimento de vagas.
 - (C) para admitir auxiliares pelo regime da CLT, deverão obter aprovação do Juiz Diretor do Foro.
 - (D) não poderão indicar seus substitutos em nenhuma hipótese.
 - (E) poderão indicar os seus substitutos independentemente de aprovação do Juiz Diretor do Foro.
97. É correto afirmar que
- (A) os emolumentos que não estejam expressamente previstos nas tabelas serão cobrados mediante a aplicação da analogia, paridade, ou outro fundamento.
 - (B) é possível a cobrança de emolumentos pela prática de atos de retificação, ou que necessitaram serem refeitos ou renovados por comprovado erro do serviço.
 - (C) quando houver desistência da prática do ato pelo interessado, antes de formalizado, não serão devidos os emolumentos pelos atos preparatórios já praticados.
 - (D) é possível a cobrança de acréscimo por serviço de urgência.
 - (E) os notários são sujeitos passivos por substituição dos emolumentos devidos.
98. Pode-se afirmar que o pagamento dos emolumentos
- (A) é obrigatório para as sociedades de economia mista.
 - (B) não é obrigatório para as empresas públicas.
 - (C) é obrigatório para as fundações públicas.
 - (D) é obrigatório para as autarquias públicas.
 - (E) é obrigatório para os Municípios.
99. A fiscalização referente à cobrança de emolumentos e despesas será feita pelo
- (A) Corregedor-Geral de Justiça.
 - (B) Tabelião.
 - (C) Juiz Diretor do Foro.
 - (D) Órgão especial de fiscalização constituído pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (E) Ministério Público Estadual.
100. São isentos do recolhimento das custas processuais
- (A) o autor em ação popular, ainda que comprovada má-fé.
 - (B) o réu condenado nos feitos criminais.
 - (C) o beneficiário da assistência judiciária, com exceção da sucumbência.
 - (D) o acesso aos Juizados Especiais e do Consumidor, em primeiro grau de jurisdição, ressalvados os casos previstos em lei.
 - (E) os embargos do devedor.